



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0021085-76.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Roberta Pricila de Souza**
 Requerido: **TFL Ferreira Transportes Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

Roberta Pricila de Souza propõe ação contra TFL Ferreira Transportes Ltda aduzindo que no dia 23/03/2011 por volta das 4:20, na rodovia Washington Luiz, Km 227 + 950 metros, foi vítima de acidente de trânsito envolvendo os veículos Mercedes Benz Axor 1993 (caminhão trator) e o veículo Mercedes Benz (ônibus). Afirma que estava dentro do ônibus, como passageira, quando o caminhão de propriedade da ré colidiu com a traseira do ônibus, causando danos materiais e lesões corporais em 5 vítimas. A autora, gestante na data do fato, sofreu lesões graves que ocasionaram indução de parto prematuro, deformidades estéticas, perda de capacidade motora e necessidade de cirurgia para reparação. Requer danos materiais, morais, estéticos, pagamento das custas da cirurgia a ser realizada, e lucros cessantes.

O requerida contestou (fls. 58/81) primeiramente denunciando a lide a empresa Marítima Seguros S/A, e alegando isenção da culpa pelo acidente, pois o veículo estava sendo conduzido dentro do limite de velocidade, ausência de nexo causal e culpa concorrente da vítima, pois não estava usando cinto de segurança. Ademais, refutou o pedido de (a) danos patrimoniais: por não haver comprovantes e pela possibilidade de cobertura pelo seguro DPVAT (b) lucros cessantes: não comprovou atividade laboral, ademais no boletim de ocorrência constou como ocupação "do lar" (c) danos estéticos: não comprovou o dano, nem por fotografias (d) desnecessidade de cirurgia: as radiografias apresentam luxação e não trouxe laudo médico (e) preclusão do arrolar testemunhas.

Houve réplica (fls. 101/109).

A denunciada contestou (fls. 139/166) aceitando a denunciação até o limite máximo de indenização do seguro contratado, ressaltando a não cobertura a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

danos estéticos e a responsabilização somente pela parte de exceder a indenização decorrente do seguro DPVAT. Ademais, replicou os termos da primeira contestação acerca da ausência de provas sobre os pedidos.

Foi realizada audiência para oitiva de testemunha (fls. 330/331), entretanto esta não se recordava dos fatos.

Juntou-se laudo técnico-científico sobre a dinâmica do acidente (fls. 335/344).

As partes apresentaram memoriais finais (fls. 358/360, 362/367, 369/378).

FUNDAMENTAÇÃO

A ação procede em parte.

Ingressa-se na análise da culpa pelo acidente.

A dinâmica dos fatos foi comprovada pelo laudo pericial de fls. 335/344, demonstrando que Marcos Luiz Pereira Motta, condutor do caminhão de propriedade da ré, e seu empregado, **colidiu com o ônibus que estava trafegando em sua frente, onde encontrava-se a autora**, dando causa ao acidente.

E, com efeito, o boletim de ocorrência alusivo ao acidente (fls. 22/26) também demonstra que os fatos ocorreram dessa maneira.

Ora, firmada esta premissa, não se cuida, na espécie, de culpa concorrente. O fato do caminhão avançar desatenciosamente a uma velocidade de 80 Km/h (confira-se fls. 340) sem observar a distância do ônibus que estava em sua frente, causando a colisão, bem demonstra o **descuido**, pois não percebeu que precisava reduzir ou ultrapassar. A culpa do acidente é inteiramente atribuída ao condutor do caminhão, pois se fosse diligente teria evitado o acidente.

Frise-se que não foi comprovada a velocidade suficientemente reduzida do ônibus a ponto de explicar o acidente, se não por conta do descuido do motorista do caminhão.

A responsabilidade da ré TFL FERREIRA TRANSPORTES LTDA decorre do disposto no art. 932, III do CC.

Passo à análise das indenizações.

Danos Materiais

Alega a autora que sofreu danos patrimoniais no montante de R\$ 1.872,00


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(fls. 27/28) decorrente da intervenção cirúrgica prematura a qual foi submetida em razão do acidente. Os comprovantes trazidos demonstram de fato a despesa contraída. Ademais, observa-se que o procedimento foi realizado no dia seguinte ao acidente estabelecendo-se o e nexos causal entre o acidente e o parto. Entende-se devido o ressarcimento dos referidos valores.

Danos Morais

O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: *“dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.”* (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização¹. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida. Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor o mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a

¹ No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No caso em exame, estão caracterizados os danos morais, considerada a angústia e a aflição presumivelmente (art. 335 CPC) suportadas pela autora diante do parto prematuro, da preocupação com o estado do infante, e mesmo por conta das lesões corporais que foram comprovadas.

Entende-se razoável o arbitramento de indenização por danos morais no montante de R\$ 15.000,00 no presente caso.

Lucros Cessantes

Tendo em conta a manifestação de fls. 11/12, esclareço que a prova documental constante dos autos, a respeito também desta matéria, não demonstrou elementos reais de comprovação de renda para o julgamento desta questão, pois não foi juntado qualquer comprovante de vínculo de emprego ou ganhos habituais de renda por parte da autora, ao longo do processo, apenas a CPTS de seu cônjuge - estranho à presente lide - e a CTPS da autora em branco. Nenhuma outra prova atrelada ao pedido foi juntada aos autos.

Rejeito o pedido de indenização por lucros cessantes.

Danos Estéticos

Quanto aos danos estéticos, consideram-se como extensão da lesão sofrida


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que possa afetar a auto-estima do lesado, causando-lhe sentimento de vergonha em decorrência de deformidade física ocasionada pelo fato narrado. No caso concreto, a autora sofreu lesão corporal grave (fls. 31/52), com diversas fraturas ao longo do corpo que resultaram, segundo alega, em deformidades no membro superior.

Todavia, não se comprovou o dano estético, e sim apenas a lesão.

Diferente dos danos morais, os danos estéticos são percebíveis. Não consta nos autos qualquer laudo médico, fotos, perícia ou qualquer outro documento que ateste deformidade. Os documentos trazidos comprovam a lesão, mas não os efeitos permanentes e extrínsecos que resultaram dela. Compreende-se que o acidente causou de fato lesionou a autora, mas esta foi submetida a tratamento médico para sua recuperação física.

Tal conjunto de circunstâncias acarretou, evidentemente, transtornos à autora, mas não há o que se falar em vergonha por cicatrizes ou quaisquer outros elementos que de fato representam o dano estético, uma vez que não houve nenhum tipo de comprovação. Os fatos narrados configuram dano moral indenizável já analisado. Não merece acolhimento o pedido de indenização por danos estéticos.

Custeio de cirurgia reparativa

Aproveitando a fundamentação já exposta sobre os danos estéticos, novamente não restou comprovada necessidade de cirurgia reparativa. Os laudos apresentados são insuficientes para atestar a alegação, simples perícia médica poderia comprovar as alegações da exordial, mas esta não foi promovida pela autora, não podendo ensejar em deferimento do pedido.

Denúnciação da Lide

Procede em sua inteireza a lide secundária.

A denunciada não se opôs ao pedido. As indenizações acima admitidas pelo juízo estão cobertas contratualmente.

Sobre os honorários contratuais pagos pela ré, apesar da impugnação feita pela denunciada, a denunciante demonstrou, em réplica, a pertinência e proporcionalidade da cobrança, considerada inclusive a tabela da OAB, fls. 294/296. Salienta-se apenas que, na forma da Súm. 537 do STJ, haverá a condenação direta e solidária da seguradora juntamente com a ré originária.

Pela lide secundária, não se condena a seguradora em verbas sucumbenciais,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pois não ofereceu resistência. “A falta de resistência à denunciação da lide enseja o não cabimento de condenação da denunciada em honorários advocatícios quando sucumbente o réu denunciante.” (AgRg no AREsp 486.348/SC, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ªT. j. 08/05/2014).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação originária e procedente a denunciação da lide para **(a)** CONDENAR solidariamente a ré-denunciante e a denunciada a pagarem à autora (1) R\$ 1.872,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde a data do fato em 29/03/2011 (2) R\$ 15.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês, desde a data do fato em 29/03/2011 **(b)** CONDENAR a denunciada a pagar à denunciante os honorários contratuais por esta desembolsados, no valor de R\$ 15.000,00, com atualização monetária desde a apresentação da denunciação (29.11.2012, fls. 57), e juros moratórios desde a citação da denunciada no processo.

Na lide originária, houve sucumbência parcial e igualmente proporcional, de modo que a autora, observada a AJG, arcará com 50% das custas e despesas, e a ré-denunciante, com 50%, compensando-se integralmente os honorários advocatícios. Na lide secundária, não se condena a ré em verbas sucumbenciais.

P.R.I.

São Carlos, 19 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**